



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

**Relatório Mundial das Nações Unidas sobre  
Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019**

# Não deixar ninguém para trás

**Resumo executivo**



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



World Water  
Assessment  
Programme



**Sustainable  
Development  
Goals**



As melhorias na gestão dos recursos hídricos e o acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento são essenciais para abordar várias desigualdades sociais e econômicas, de modo que “ninguém seja deixado para trás”, quando se trata de aproveitar os múltiplos benefícios e as oportunidades que a água oferece.

## A água do mundo: um recurso sob pressão crescente

O uso da água tem aumentado em todo o mundo a uma taxa de cerca de 1% por ano desde a década de 1980, o que se deve a uma combinação de crescimento populacional, desenvolvimento socioeconômico e mudanças nos padrões de consumo. A demanda mundial por água deve continuar aumentando a uma taxa semelhante até 2050, o que representará um aumento de 20% a 30% em relação ao nível atual de uso, principalmente devido à demanda crescente nos setores industrial e doméstico. Mais de 2 bilhões de pessoas vivem em países que vivenciam um alto estresse hídrico, e cerca de 4 bilhões experimentam escassez severa de água durante pelo menos um mês do ano. Os níveis de estresse continuarão a aumentar, à medida que a demanda por água aumenta e os efeitos da mudança climática se intensificam.

## Acesso ao abastecimento de água e ao saneamento

Três entre cada dez pessoas não têm acesso a água potável segura. Quase a metade das pessoas que consome água potável de fontes desprotegidas vivem na África Subsaariana. Seis entre cada dez pessoas não têm acesso a serviços de saneamento gerenciados de forma segura, e uma em cada nove pratica a defecação ao ar livre. Porém, esses números mundiais escondem as desigualdades significativas que há entre e dentro de regiões, países, comunidades e até mesmo bairros.

Estudos mundiais de custo-benefício demonstraram que os serviços de água, saneamento e higiene (*Water, Sanitation and Hygiene* – WASH, na sigla em inglês) fornecem bons retornos sociais e econômicos quando comparados a seus custos, com proporções médias mundiais de benefício-custo de 5,5 para serviços de saneamento melhorados e de 2,0 para água potável melhorada. É provável que os benefícios de melhores serviços de WASH para grupos vulneráveis alterariam o equilíbrio de qualquer análise de custo-benefício que considere mudanças na autopercepção do status social e da dignidade desses grupos.

## Os direitos humanos à água e ao saneamento e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Água potável e saneamento seguros são reconhecidos como direitos humanos básicos, uma vez que eles são indispensáveis para sustentar meios de subsistência saudáveis e fundamentais para manter a dignidade de todos os seres humanos.

A legislação internacional em matéria de direitos humanos compele os Estados a trabalharem para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento para todos, sem discriminação, priorizando ao mesmo tempo as pessoas mais necessitadas. A realização dos direitos humanos à água e ao saneamento exige que os serviços sejam disponíveis, física e financeiramente acessíveis, seguros e culturalmente aceitáveis.

“Não deixar ninguém para trás” está no coração do compromisso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que visa a permitir que todas as pessoas em todos os países se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e atinjam a plena realização dos direitos humanos.

Deve-se tomar cuidado para diferenciar de forma clara os “direitos de uso da água” dos direitos humanos à água e ao saneamento. Os direitos de uso da água, que normalmente são regulados por leis nacionais, são atribuídos a um indivíduo ou organização por meio de direitos de propriedade ou direitos fundiários, ou por meio de um acordo negociado entre o Estado e um ou mais proprietários de terras. Muitas vezes, tais direitos são temporários e podem ser retirados em certas circunstâncias. Diferentemente desses, os direitos humanos de acesso à água e ao saneamento não são temporários, não estão sujeitos à aprovação estatal, nem podem ser retirados.



Mulher em um campo para pessoas deslocadas por inundações no Paquistão. © UNHCR/S. Phelps, www.flickr.com, (CC BY-NC-SA 2.0)

## Quem está sendo deixado para trás?

Existem vários motivos proibitivos de discriminação, mas, em geral, a pobreza é um fator de destaque.

**A legislação internacional em matéria de direitos humanos compele os Estados a trabalharem para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento para todos, sem discriminação, priorizando ao mesmo tempo as pessoas mais necessitadas**

Em muitas partes do mundo, mulheres e meninas regularmente vivenciam discriminação e desigualdades no gozo de seus direitos humanos a água potável e saneamento seguros. Minorias, sejam étnicas ou de outra natureza, incluindo povos indígenas, migrantes e refugiados, pessoas de certas ascendências (por exemplo, castas), com frequência experimentam discriminação, da mesma forma que ocorre com minorias religiosas e linguísticas. Deficiências, idade e estado de saúde também podem ser fatores, uma vez que pessoas com alguma redução em sua capacidade física, mental, intelectual ou sensorial são representadas de maneira desproporcional entre aqueles que não têm acesso a água potável e saneamento seguros. Da mesma forma, diferenças em termos de propriedade, posses, residência e *status* econômico e social também podem levar à discriminação.

Essa não constitui necessariamente uma lista exaustiva de tais grupos desfavorecidos específicos ou de indivíduos em situações de vulnerabilidade, e é importante perceber que algumas pessoas podem sofrer com múltiplas formas de discriminação (i.e. uma condição de “interseccionalidade”).

## Fornecimento de serviços hídricos e de saneamento

A *disponibilidade* hídrica depende da quantidade de água fisicamente disponível, e da forma como ela é armazenada, administrada e alocada para vários usuários. Ela inclui aspectos relacionados à gestão das águas superficiais e subterrâneas, assim como à reciclagem e ao reúso da água.

A *acessibilidade* hídrica se refere a como a água é fisicamente fornecida ou obtida. O fornecimento de água encanada é o método de menor custo para transportar água em áreas densamente povoadas. Em locais onde não há redes canalizadas, as pessoas dependem principalmente de poços ou de sistemas comunitários de fornecimento de água (por exemplo, por meio de pontos de venda e vendedores ambulantes, ou caminhões-pipa). Neste último caso, frequentemente as pessoas pagam preços várias vezes mais caros por uma água de menor qualidade, o que agrava ainda mais as desigualdades entre os ricos e os desfavorecidos.

O *tratamento* da água está relacionado aos processos utilizados para purificar, desinfetar e proteger a água contra a recontaminação. Os métodos mais comuns de tratamento de água dependem do fornecimento constante de energia (normalmente elétrica) – o que raramente ocorre em muitos países em desenvolvimento. Também existem soluções de baixa tecnologia e baseadas na natureza, mas em geral elas não são utilizadas em escala.

De forma geral, o *saneamento* abrange as instalações utilizadas dentro ou fora de cada local para os processos de coleta, transporte, tratamento e eliminação de resíduos, bem como as respectivas condições de higiene que devem ser sempre garantidas. Os sistemas de coleta geralmente se referem a um equipamento sanitário. O transporte, no contexto das infraestruturas construídas típicas (i.e., as “cinzas”), se refere a um sistema encanado subterrâneo de esgoto, embora, em alguns casos, os resíduos sejam transportados por meio de caminhões, e o tratamento – quando disponível – normalmente envolve estações de tratamento de esgoto centralizadas ou sistemas localizados (tais como os tanques sépticos). Nos processos de eliminação dos produtos finais, em geral os resíduos são divididos em líquidos e sólidos e, dessa forma, podem ser descartados de maneira segura no meio ambiente; se isso não ocorre, eles são coletados por meio de instalações próprias para resíduos perigosos, de modo a serem destruídos em um incinerador.

Os *riscos naturais relacionados à água*, tais como as inundações e as secas, podem danificar a infraestrutura de fornecimento de água e saneamento, impedindo que os serviços sejam prestados a milhões de pessoas.

## Dimensões sociais

Os fatores sociais e culturais que estão ocasionando a exclusão e a discriminação devem ser levados em conta nos esforços para a realização dos direitos humanos à água potável e ao saneamento seguros, bem como para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6.

A discriminação pode acontecer de várias formas e por diferentes razões. A *discriminação direta* ocorre quando indivíduos são discriminados em leis, políticas ou práticas que os excluem de forma intencional da prestação de serviços ou do tratamento igualitário. A *discriminação indireta* ocorre quando leis, regulamentos, políticas ou práticas têm uma aparência de neutralidade, mas, na prática, têm o efeito de excluir pessoas da prestação de serviços básicos.

O oferecimento de instalações básicas de água potável e saneamento, em casa e no local de trabalho, melhora a saúde e a produtividade dos trabalhadores. O fornecimento de instalações semelhantes nas escolas melhora os resultados da educação ao reduzir a evasão escolar, especialmente entre as adolescentes.

Níveis comparativamente mais baixos de acesso a serviços hídricos e de saneamento podem ser observados entre minorias étnicas e povos indígenas. A valorização do conhecimento tradicional, por meio do reconhecimento do manejo da terra e da água realizado pelos povos indígenas, apoia a inclusão e a realização dos direitos humanos.

## Boa governança

A existência de estruturas institucionais inclusivas designadas para o diálogo e a cooperação entre as múltiplas partes interessadas é essencial para garantir o acesso equitativo a serviços sustentáveis de abastecimento de água e saneamento.

Nem sempre os governos, sozinhos, podem assumir toda a responsabilidade de fornecer os serviços de abastecimento de água e de saneamento para todos os cidadãos, especialmente em contextos de baixa renda. Quando o papel dos governos é focado no estabelecimento de políticas e regulamentos, a prestação efetiva de serviços é realizada por atores não estatais, ou por meio de departamentos independentes. Mecanismos de responsabilização que funcionem bem ajudam as instituições com capacidades suficientes a desempenhar efetivamente suas atribuições no que se refere ao monitoramento e à fiscalização do cumprimento das obrigações das empresas prestadoras de serviços.

Estabelecer coerência entre vários níveis institucionais é essencial para garantir que as políticas atinjam seus objetivos. No contexto atual de governança de múltiplos níveis, o papel das organizações não governamentais (ONGs) em expressar as opiniões da sociedade civil e promover a participação ativa do público se tornou cada vez mais influente na formulação de políticas. Grandes empresas também podem ter uma forte influência sobre a formulação de políticas, bem como nos resultados dessas políticas.





Mulheres indígenas no Brasil. © Filipefrazao/iStock/Getty Images

Medidas a favor dos pobres são muito mais comuns nos anúncios de políticas do que nos mecanismos de acompanhamento ou monitoramento da prestação de serviços. A implementação de políticas em prol dos pobres também pode ser impedida pela não aplicação de medidas financeiras destinadas a reduzir as disparidades relacionadas aos serviços hídricos. Políticas excessivamente ambiciosas com metas irreais podem levar a um descompasso entre as responsabilidades e os recursos disponíveis às entidades responsáveis. Fatores como corrupção, regulação excessiva e/ou conformidade rígida a regras formais, que tendem a coincidir com a inércia da burocracia, podem aumentar os custos dos negócios, desestimular os investimentos e, potencialmente, atrapalhar ou impedir as reformas no âmbito da gestão dos recursos hídricos.

A Abordagem Baseada em Direitos Humanos (ABDH) defende padrões, princípios e critérios fundamentais dos marcos legais de direitos humanos. Estes incluem a não discriminação e uma participação que seja ativa, livre e significativa, assim como a representação pelas e para as pessoas em situações de desigualdade ou vulnerabilidade. A *boa governança* está relacionada a sistemas que têm as qualidades de responsabilização, transparência, legitimidade, participação pública, justiça e eficiência e, portanto, se sobrepõe aos princípios da ABDH. A boa governança hídrica envolve medidas e mecanismos que promovem a efetiva implementação política, juntamente com sanções contra o baixo desempenho, atos ilegais ou abusos de poder. Responsabilizar os tomadores de decisão exige habilidade, vontade e preparação entre os detentores dos direitos (ou seus representantes) para investigar as ações e as omissões. Por sua vez, tudo isso tem como base a transparência, a integridade e o acesso à informação.

---

**A existência de estruturas institucionais inclusivas designadas para o diálogo e a cooperação entre as múltiplas partes interessadas é essencial para garantir o acesso equitativo a serviços sustentáveis de abastecimento de água e saneamento**

## Dimensões econômicas

As pessoas vulneráveis e desfavorecidas, que normalmente não estão conectadas a sistemas canalizados, sofrem de maneira desproporcional com o acesso inadequado a serviços seguros de água potável e saneamento e, com frequência, pagam mais caro por seus serviços de abastecimento de água do que as pessoas servidas pelos sistemas convencionais.

O direito humano à água e ao saneamento atribui obrigações, aos Estados e aos órgãos responsáveis, de regulamentar os pagamentos pelos serviços e assegurar que todos os cidadãos consigam obter acesso aos serviços básicos. Garantir que a água seja financeiramente acessível a todos requer recomendações políticas adequadas para grupos-alvo específicos.

Normalmente, os gastos com água potável e saneamento envolvem grandes, mas infrequentes, investimentos de capital, os quais incluem os custos da infraestrutura e das conexões, bem como gastos recorrentes com operação e manutenção. Uma forma de se aumentar a acessibilidade financeira consiste em reduzir os custos da prestação do serviço. Inovação e disseminação tecnológica, o aperfeiçoamento da gestão por meio da boa governança, o aumento das práticas de transparência e a implementação de ações custo-efetivas podem melhorar a eficiência da produção e, com isso, reduzir os custos dos serviços.

### **Garantir que a água seja financeiramente acessível a todos requer recomendações políticas adequadas para grupos-alvo específicos**

Mesmo que se tenha mais eficiência, é provável que os subsídios continuarão a ser importantes para se alcançar a cobertura universal. Tendo em vista que os subsídios são frequentemente vinculados a gastos de capital que, de forma geral, têm como foco comunidades relativamente prósperas, em muitos casos pessoas não pobres acabam sendo beneficiárias de ações subsidiadas voltadas para pessoas efetivamente pobres. Os serviços de saneamento podem ser candidatos mais naturais aos subsídios do que os serviços relacionados ao abastecimento de água, pois a disposição para pagar por tais serviços frequentemente é menor, e seus benefícios sociais mais amplos são maiores. Os subsídios que promovem uma maior participação da comunidade empoderam grupos vulneráveis a destinar recursos em prol das suas próprias prioridades.

O estabelecimento de tarifas – que idealmente é a principal fonte de prestação de serviços – requer que se obtenha um equilíbrio entre vários objetivos-chave: recuperação de custos, eficiência econômica, equidade e acessibilidade financeira. A elaboração de estruturas tarifárias é desafiadora exatamente porque esses quatro objetivos são conflitantes e, por isso, as concessões são inevitáveis. Os serviços de água, saneamento e higiene diferem de muitos outros pelo fato de serem considerados um direito básico; por isso, eles devem ser fornecidos a todos, independentemente de seu custo e da capacidade de pagamento das pessoas. Se, para cumprir os objetivos de acessibilidade financeira e equidade, for necessário fornecer subsídios por meio das tarifas de água, neste caso a distribuição de vales ou dinheiro pode ser melhor do que as tarifas por blocos crescentes.

Grandes prestadores de serviços de água, saneamento e higiene podem utilizar financiamento comercial e apoiar indiretamente grupos vulneráveis por meio da subvenção cruzada. Quando esta for a melhor opção, mecanismos de precificação podem permitir a subvenção cruzada entre grupos populacionais, por meio da utilização de uma tarifa volumétrica uniforme, juntamente com um desconto. Idealmente, o nível tarifário pago pelos clientes que não recebem o desconto deveria ser alto o suficiente para pagar o valor principal e os juros em termos comerciais. Em alguns casos, outras fontes de financiamento, tais como receitas fiscais nacionais, subvenções e financiamentos privados, podem complementar as receitas tarifárias. Abordagens de financiamento misto (*blended finance*) exigirão combinações potencialmente complexas de financiamento para o desenvolvimento, investimentos privados e subsídios governamentais para garantir que todos os grupos-alvo sejam alcançados.

## **Contextos urbanos**

No que diz respeito às instalações hídricas e sanitárias, existem desigualdades substanciais entre domicílios localizados em favelas e em outros lugares. Com frequência, os mais ricos desfrutam de níveis mais altos de serviços a custos menores, enquanto que os mais pobres pagam preços muito maiores por serviços de qualidade similar ou inferior.

Muitas vezes, as áreas periurbanas não são incluídas no planejamento de serviços, quando os moradores não pagam impostos ou quando os arranjos para o aluguel de suas residências fazem parte da economia informal. Como resultado disso, muitos dos indivíduos mais pobres e desfavorecidos de todo o mundo não são reconhecidos ou contabilizados como parte do sistema formal e, o que é ainda mais importante, encontram dificuldades em obter acesso a serviços básicos, pois não têm endereço físico e, por isso, permanecem “escondidos” ou “perdidos” em estatísticas agregadas.





Agricultor em um arrozal na Tailândia. © Paninda Wijitpanya/iStock/Getty Images

Abordagens tradicionais relativas ao saneamento e à gestão de águas residuais em áreas urbanas tendem a favorecer a coleta e o tratamento centralizados e em grande escala que, por sua vez, possibilitam economias de escala. A densidade populacional em áreas periurbanas pode ser baixa demais para justificar o custo das conexões domésticas, e não suficientemente elevada para permitir sistemas projetados de forma convencional. A prestação de serviços para grupos de residências (em vez de residências isoladas) em áreas periurbanas de baixa renda e vilas maiores pode reduzir os custos de investimento, ao mesmo tempo em que permite um bom nível de serviço para os mais pobres.

Na maioria dos contextos urbanos, a infraestrutura de saneamento é provida com muito atraso em relação à infraestrutura para o fornecimento de água e, nesse sentido, os moradores mais pobres das favelas são os mais afetados por esse atraso. Além disso, uma melhora significativa dos serviços hídricos deve ser acompanhada por um investimento proporcional em saneamento. Embora os sistemas de abastecimento de água por vezes funcionem melhor com redes menores e de gestão simples, com frequência, os desafios da gestão das águas residuais e do lodo são mais complexos. A principal razão disso é a falta de disposição para se pagar por serviços de saneamento.

Ocorreram numerosas tentativas de se recuperar recursos (água, nutrientes, metais, biocombustível) para compensar alguns custos da prestação de serviços. Apesar dos esforços adicionais de recuperação, assim como ocorre com todos os “resíduos”, quando precisam ser transportados, muitas vezes os custos associados anulam os benefícios obtidos pela recuperação. Sistemas descentralizados de tratamento de águas residuais fornecem uma alternativa com investimentos e custos operacionais substancialmente menores e, da mesma forma, podem oferecer soluções mais eficientes para determinadas circunstâncias, inclusive em certas áreas periurbanas.

## Pobreza rural

Mais de 80% das fazendas em todo o mundo são propriedades familiares menores do que 2 hectares. Os pequenos agricultores familiares constituem a espinha dorsal dos suprimentos alimentares nacionais e, em muitos países, eles respondem por mais da metade da produção agrícola. Ainda assim, é nas áreas rurais que a pobreza, a fome e a insegurança alimentar apresentam maior predominância.

A infraestrutura hídrica continua sendo extremamente escassa em áreas rurais pobres, de modo que milhões de mulheres, homens e crianças que vivem nessas áreas não são atendidos por serviços de abastecimento de água e saneamento. Ademais, a capacidade institucional, que inclui a mobilização doméstica de recursos e alocações orçamentárias – tanto no nível nacional quanto no subnacional – tem sido insuficiente para atender às necessidades de manutenção da infraestrutura hídrica instalada.

A gestão hídrica para pequenos agricultores familiares deve considerar tanto a agricultura dependente da água da chuva (a chamada “agricultura de sequeiro”) quanto a irrigada. Aproximadamente 80% das terras cultivadas em todo o mundo dependem das chuvas, e 60% de todos os alimentos mundiais são produzidos em terras irrigadas dessa forma. A irrigação suplementar de sistemas agrícolas de sequeiro pode não apenas assegurar a sobrevivência das colheitas, mas também duplicar, ou até mesmo triplicar, a produção por hectare, para culturas como as de trigo, sorgo e milho.

Garantir o acesso seguro e equitativo à água em áreas rurais e, ao mesmo tempo, criar oportunidades para futuros investimentos em serviços hídricos, requer um maior reconhecimento das necessidades relacionadas à água de irrigadores de pequena escala no contexto de sua contribuição para a segurança alimentar nacional. Alocações de água para usuários de grande escala, seja para irrigação ou para outros fins, não devem ocorrer em detrimento das necessidades legítimas dos pequenos agricultores, independentemente de sua capacidade de demonstrar direitos de uso de água formalmente autorizados.

## Refugiados e pessoas deslocadas à força

O mundo tem testemunhado os níveis mais altos já registrados de deslocamentos humanos. Conflitos armados, perseguição e mudança climática, juntamente com pobreza, desigualdade, crescimento populacional urbano, gestão precária do uso da terra e baixo nível de governança – todos são fatores que aumentam o risco de deslocamento e seus impactos.

Longe de casa, refugiados e deslocados internos (também denominados como *pessoas deslocadas internamente* – PDI) muitas vezes enfrentam obstáculos ao acesso a serviços básicos de abastecimento de água e saneamento. Quase um quarto dessas pessoas vive em campos de refugiados, mas sua maioria esmagadora vive em cidades, vilas e aldeias. Esses refugiados, requerentes de asilo, PDI e apátridas, com frequência não são reconhecidos oficialmente pelos governos locais ou nacionais e, portanto, são excluídos das agendas de desenvolvimento.

Os deslocamentos em massa colocam pressão sobre os recursos hídricos e sobre os serviços a eles relacionados, incluindo saneamento e higiene, nos pontos de passagem e de destino, o que cria potenciais desigualdades entre as populações locais e os recém-chegados. Muitas vezes, os governos dos países que recebem essas pessoas se recusam a aceitar que a situação de deslocamento possa se prolongar, e insistem na permanência de refugiados e PDI em campos com instalações “temporárias” ou “comunitárias”, com um nível de serviços mais baixo do que o da população local. A situação inversa também pode ocorrer, quando refugiados recebem serviços de água, saneamento e higiene de qualidade superior aos disponíveis nas comunidades próximas.

Os Estados têm a responsabilidade de assegurar que todos os refugiados e PDI tenham os direitos a água e saneamento adequados, independentemente de sua residência legal, nacionalidade ou outras classificações que possam funcionar como empecilhos. Como todos os indivíduos, os refugiados e PDI devem ter acesso à informação e oportunidades de participar nos processos de tomada de decisões que afetam seus direitos.

Os Estados são estimulados a evitar políticas de “acampamentos” para refugiados e PDI, tendo em vista que elas podem levar à marginalização (vinculada diretamente ao status legal, ao “direito de trabalhar” e à “liberdade de movimento”), o que pode exacerbar a competição por recursos com as comunidades locais e dificultar o acesso de refugiados e PDI aos mercados de trabalho. Em vez disso, estimula-se os Estados a buscar políticas para a inclusão de refugiados e PDI nas comunidades urbanas e rurais.

## Perspectivas regionais

### Estados Árabes

A escassez de água por pessoa nos Estados Árabes continuará a aumentar, devido ao crescimento populacional e à mudança climática. O desafio de garantir o acesso a serviços hídricos para todos sob condições de escassez de água é ampliado em contextos de conflito, onde a infraestrutura hídrica foi danificada, destruída ou é visada para destruição.

Uma grande proporção de refugiados tende a permanecer em situações que se prolongam por décadas. A assistência humanitária se tornou cada vez mais interligada com o trabalho de desenvolvimento destinado a fornecer abastecimento de água e instalações sanitárias mais permanentes em campos de refugiados





Refugiados no campo de Zaatari, na Jordânia. © UNHCR/B. Sokol, www.flickr.com, (CC BY-NC-SA 2.0)

e em assentamentos informais. Por vezes, isso causou conflitos e tensões com as comunidades locais, especialmente se os dois lados não têm igual acesso aos serviços hídricos. Nos últimos anos, esse problema ganhou mais atenção, com o reconhecimento, por parte de governos, doadores e agências humanitárias, de que “não deixar ninguém para trás” significa atender às necessidades de refugiados e PDI, assim como às das comunidades locais.

### **Ásia-Pacífico**

Em 2016, 29 de 48 países desta região foram classificados como “hidricamente não seguros”, devido à baixa disponibilidade de água e à captação insustentável de águas subterrâneas. A escassez hídrica é agravada pelos efeitos da mudança climática. Desastres naturais têm se tornado mais frequentes e intensos, e o risco de desastres está superando a resiliência. Tudo isso tem um grande impacto no fornecimento de serviços de água, saneamento e higiene em áreas afetadas por desastres, devido a danos na infraestrutura hídrica e sanitária e a questões relacionadas à qualidade da água. Outro desafio importante é a prestação de serviços adequados de água e saneamento em regiões que recebem pessoas que foram deslocadas de áreas atingidas por desastres.

Os desastres causam perdas desproporcionalmente maiores aos países e às pessoas mais pobres, tendo em vista que não dispõem de resiliência nem de capacidade para mitigar o impacto de tais eventos. Também se concluiu que os desastres causam impactos no Produto Interno Bruto (PIB), nos índices de matrícula escolar e no gasto per capita com saúde; além disso, os desastres podem fazer com que os quase pobres – pessoas que vivem com entre US\$ 1,90 e US\$ 3,10 por dia – caiam na pobreza extrema.

### **Europa e América do Norte**

O acesso a serviços sanitários gerenciados de forma segura continua a ser um desafio em muitos países, especialmente em áreas rurais. Enquanto a situação é particularmente grave para uma grande parte da população no Leste Europeu, no Cáucaso e na Ásia Central, muitos cidadãos da Europa Ocidental e Central, assim como da América do Norte, também sofrem com a falta ou com o acesso desigual aos serviços hídricos e sanitários. Com frequência, as desigualdades estão relacionadas a diferenças socioculturais, a fatores socioeconômicos e ao contexto geográfico.

As desigualdades no acesso, portanto, devem ser combatidas em três frentes: diminuindo as disparidades geográficas, tratando das barreiras específicas enfrentadas por grupos marginalizados e pelas pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade, e reduzindo os problemas de acessibilidade financeira.

## América Latina e Caribe

Milhões de pessoas que vivem na região ainda não têm uma fonte adequada de água potável, enquanto um número ainda maior sofre pela ausência de instalações seguras e decentes para o descarte dos excrementos. Muitas pessoas sem acesso a esses serviços se concentram em áreas periurbanas, principalmente nos cinturões de pobreza que existem na periferia de muitas das cidades da região. Tem se mostrado difícil fornecer a essas áreas marginais serviços de qualidade aceitável.

Em muitos países, a descentralização deixou o setor de abastecimento de água e saneamento com uma estrutura altamente fragmentada, composta por inúmeros prestadores de serviço, sem reais possibilidades de alcançar economias de escala ou viabilidade econômica, e sob a responsabilidade de administrações municipais desprovidas dos recursos e incentivos necessários para abordar de forma efetiva a complexidade dos processos envolvidos na prestação de serviços. A descentralização também reduziu o tamanho das áreas atendidas pelos serviços e as tornou mais homogêneas, o que limita as possibilidades de subsídios cruzados e facilita o processo de marginalização de grupos de renda baixa para longe da prestação de serviços.

## África Subsaariana

A falta de infraestrutura para a gestão hídrica (escassez econômica de água), em termos de armazenamento e fornecimento, bem como para se ter melhores serviços de água potável e saneamento, desempenha um papel direto na persistência da pobreza na África Subsaariana.

As pessoas que vivem em áreas rurais respondem por cerca de 60% do total da população na África Subsaariana, e muitas delas permanecem na pobreza. Em 2015, três de cinco moradores de zonas rurais da região tinham acesso a pelo menos um fornecimento básico de água, enquanto apenas um em cinco tinha acesso pelo menos ao saneamento básico. Cerca de 10% da população ainda bebia água superficial não tratada, e muitas pessoas pobres nas áreas rurais, em especial mulheres e meninas, gastavam um tempo considerável coletando água.

Mais da metade do crescimento populacional estimado até 2050 ocorrerá na África (mais de 1,3 bilhão de pessoas, dos 2,2 bilhões em todo o mundo). Contudo, fornecer acesso a serviços de água, saneamento e higiene para essa população crescente não é o único desafio da África, pois a demanda por energia, alimentos, empregos, assistência médica e educação também irá aumentar. O crescimento populacional aumenta especialmente em áreas urbanas e, sem o planejamento adequado, isso pode levar a um aumento dramático das favelas. Mesmo que os países tenham melhorado de forma constante as condições de vida nas favelas urbanas entre os anos de 2000 e 2015, a taxa de construção de novas habitações permaneceu muito atrás da taxa de crescimento da população urbana.

## Estratégias e opções de resposta

A partir de uma *perspectiva técnica*, as respostas potenciais para enfrentar a falta de fornecimento de água potável e de serviços sanitários para grupos em situações desfavorecidas pode variar de forma significativa de um lugar para outro. Ao passo que grandes comunidades urbanas de alta densidade oferecem oportunidades para infraestrutura e instalações de água, saneamento e higiene centralizadas e de grande escala, por meio do compartilhamento de recursos e de economias de escala, sistemas descentralizados e de menor custo de fornecimento de água e saneamento têm se mostrado como soluções bem-sucedidas em assentamentos urbanos menores, inclusive em campos de refugiados. Para as pessoas que vivem em áreas rurais de baixa densidade, um dos principais objetivos consiste em trazer instalações mais adequadas para perto de suas residências. O princípio básico por trás da seleção de tecnologias de água, saneamento e higiene, portanto, não é necessariamente o de “melhor prática”, mas o de “melhor opção”.

O *investimento* insuficiente e a falta de mecanismos efetivos de *financiamento* criaram um obstáculo ao alcance das metas em água, saneamento e higiene voltadas para grupos desfavorecidos e marginalizados. Uma certa proporção da lacuna de investimentos poderia ser superada pelo aumento da eficiência do sistema, que utiliza os recursos financeiros já disponíveis de forma mais efetiva e pode reduzir significativamente os custos totais. No entanto, subsídios direcionados para grupos vulneráveis e estruturas tarifárias equitativas continuarão sendo uma importante fonte de financiamento e recuperação de custos. O apoio da comunidade internacional de doadores continuará a ser essencial nos países em desenvolvimento, mas não pode ser a fonte principal de financiamento. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) é especialmente útil na mobilização de investimentos de outras fontes, tais como o financiamento comercial e o financiamento misto, incluindo aquele oriundo do setor privado. Entretanto, caberá aos governos nacionais aumentar de forma drástica o montante de financiamento público disponibilizado para a expansão dos serviços de água, saneamento e higiene.





Homem da etnia masai observando a paisagem. © Jocrebbin/iStock/Getty Images

Contudo, apenas o aumento do montante de financiamento e investimento não necessariamente garante que os serviços de água, saneamento e higiene atinjam todos os mais desfavorecidos. Por isso, os subsídios devem ser planejados de forma apropriada, bem como devem ser transparentes e direcionados; da mesma forma, as estruturas tarifárias devem ser concebidas e implementadas com os objetivos de atingir a equidade, a acessibilidade financeira e o nível adequado de serviço para cada público-alvo.

A *inovação, a pesquisa e o desenvolvimento científico* são essenciais para fundamentar um processo consciente de tomada de decisões. Embora se tenha obtido algum progresso em termos de elaboração de estruturas tarifárias equitativas que beneficiam – em vez de penalizar – as pessoas em situações de pobreza ou desfavorecimento, é preciso realizar mais pesquisas e análises aprofundadas sobre as dimensões econômicas dos serviços de água, saneamento e higiene para apoiar a inclusão. Muitas vezes, as necessidades de informação e capacitação das comunidades rurais desfavorecidas são similares às aquelas descritas anteriormente para os moradores urbanos pobres, mas também incluem o conhecimento relacionado à alocação dos recursos hídricos e à garantia dos direitos à água. O monitoramento do progresso é outro aspecto importante do desenvolvimento de conhecimento e capacidades. Análises de dados desagregados (referentes a gênero, faixa etária, grupos de renda, etnia, geografia etc.) e de inclusão social são instrumentos fundamentais para determinar os grupos que têm maior risco de serem “deixados para trás” e os motivos para tal. Também é necessária a realização de mais pesquisas nas áreas de ciência e engenharia, para desenvolver infraestruturas de água, saneamento e higiene e recursos relacionados (p. ex., filtros móveis e banheiros) que sejam acessíveis financeiramente, seguros e eficientes.

*Ações de base comunitária* são essenciais para abordar as causas associadas ao “deixar pessoas para trás”, no que diz respeito à água e ao saneamento. A boa governança procura se afastar das estruturas hierárquicas de poder, ao mesmo tempo em que adota os conceitos de responsabilização, transparência, legitimidade, participação pública, justiça e eficiência – princípios que estão alinhados com a Abordagem Baseada em Direitos Humanos (ABDH). Mecanismos de alocação de recursos hídricos podem ser estabelecidos para alcançar diferentes objetivos de política socioeconômica – tais como salvaguardar a segurança alimentar e/ou energética ou promover o crescimento industrial –, mas de forma a assegurar que haja água suficiente disponível (e de qualidade adequada) para atender às necessidades humanas básicas de todos (para fins domésticos e de subsistência), o que deve ser uma prioridade garantida.

Os vínculos entre água e *migração* têm atraído atenção crescente, embora ainda não tenham sido totalmente incorporados nas políticas internacionais de migração. Os desafios relacionados a água, saneamento e higiene enfrentados por refugiados e PDI exigem uma capacidade de resposta política com foco específico. No caso da prestação de serviços em campos de refugiados, é essencial que haja a harmonização de níveis de serviço com os padrões nacionais ou da comunidade circundante, para combater a discriminação social e criar igualdade de acesso.

Todos os atores envolvidos na realização dos direitos humanos à água e ao saneamento em uma base não discriminatória e equitativa têm obrigações e responsabilidades específicas. Os direitos humanos definem os indivíduos como titulares de direitos à água e ao saneamento e, da mesma forma, estabelecem responsáveis que têm o dever de garantir o acesso de todos a água, saneamento e higiene, com o uso do máximo de seus recursos disponíveis. Atores não estatais também têm deveres para com os direitos humanos e podem ser responsabilizados pela violação de tais direitos. ONGs e organizações internacionais podem exercer um papel importante na prestação de serviços e, da mesma forma, devem assegurar igualdade e responsabilização substantivas nesses esforços. Organizações internacionais, tais como as Nações Unidas, instituições internacionais comerciais e financeiras, bem como outros parceiros da cooperação para o desenvolvimento são chamados a assegurar que sua assistência seja direcionada aos países e às regiões menos capazes de garantir os direitos à água e ao saneamento.

## Conclusão

Pessoas de diferentes grupos são “deixadas para trás” por diferentes motivos. Discriminação, exclusão, marginalização, desequilíbrios de poder arraigados e desigualdades materiais estão entre os principais obstáculos para a realização dos direitos humanos à água potável e ao saneamento seguros para todos, assim como para o alcance dos objetivos relacionados à água da Agenda 2030. Políticas mal planejadas e implementadas de maneira inadequada, o uso ineficiente e inapropriado de recursos financeiros, bem como as lacunas da política pública, alimentam a persistência de desigualdades no acesso à água potável e ao saneamento seguros. Se a exclusão e a desigualdade não forem tratadas de forma explícita e responsiva, tanto em termos de políticas quanto na prática, as intervenções relacionadas à água continuarão a não alcançar os mais necessitados, que provavelmente seriam os maiores beneficiados.

Melhorar a gestão dos recursos hídricos e fornecer a todos o acesso a água potável e saneamento seguros e acessíveis financeiramente são ações essenciais para erradicar a pobreza, construir sociedades pacíficas e prósperas, e garantir que “ninguém seja deixado para trás” no caminho rumo ao desenvolvimento sustentável. Essas metas são totalmente alcançáveis, desde que exista uma vontade coletiva para proceder assim.

**Elaborado pelo WWAP** | Richard Connor, Stefan Uhlenbrook e Engin Koncagül

Esta publicação é produzida pelo WWAP em nome da UN-Water.

© UNESCO 2019



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) ([creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/)). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre ([unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en](https://unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en)).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Para mais informações relativas a direitos autorais e licenciamento, acesse o relatório completo, disponível em: [www.unesco.org/water/wwap](https://www.unesco.org/water/wwap).  
SC-2019/WS/1

### Programa Mundial da UNESCO para Avaliação dos Recursos Hídricos

Gabinete do Programa de Avaliação Global da Água  
Divisão de Ciências da Água, UNESCO

06134 Colombella, Perúgia, Itália

Email: [wwap@unesco.org](mailto:wwap@unesco.org)

[www.unesco.org/water/wwap](https://www.unesco.org/water/wwap)

Nós reconhecemos com gratidão o apoio financeiro fornecido pelo Governo da Itália e pela Regione Umbria.

Esta tradução foi possível com o valioso apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e da Representação da UNESCO no Brasil.



Regione Umbria

